

## UMA LEITURA POLÍTICA DA CIDADE DE BELÉM – AS REVISTAS MODERNISTAS VISTAS DAS MARGENS

Maíra Oliveira Maia<sup>1</sup>

**Resumo:** A partir do conceito de cultura política de Motta, este texto interpreta, do ponto de vista histórico, o engajamento de jornalistas e intelectuais modernistas do Pará na primeira metade do século XX. Destacam-se as duas gerações principais do estilo que renovação estético-cultural entre nós: a do “Peixe Frito” e a do “Remediados”, e suas revistas, respectivamente a Belém Nova e a Terra Imatura. Desta feita pretende-se ajudar a lançar uma luz aos momentos de comemorações do centenários dos modernismos brasileiros.

**Palavras-chave:** Modernismo. Peixe Frito. Geração de Remediados. Revistas. Belém Nova. Terra Imatura.

### UNA LECTURA POLÍTICA DE LA CIUDAD DE BELÉM – LAS REVISTAS MODERNISTAS VISTAS DESDE LOS MARGENES

**Resumen:** Basado en el concepto de cultura política de Motta, este texto interpreta, desde un punto de vista histórico, el compromiso de los periodistas e intelectuales modernistas en Pará en la primera mitad del siglo XX. Se destacan las dos principales generaciones del estilo que renueva estético-culturalmente entre nosotros: el “Peixe Frito” y los “Remediados”, y sus revistas, respectivamente Belém Nova y Terra Imatura. Esta vez se pretende ayudar a arrojar luz sobre los momentos de conmemoración del centenario de los modernismos brasileños.

**Palabras clave:** Modernismo. Peixe Frito. Generación de Remediados. Revistas. Belém Nova. Terra Imatura.

### A POLITICAL READING OF THE CITY OF BELÉM – THE MODERNIST MAGAZINES SEEN FROM THE MARGINS

**Abstract:** Based on Motta's concept of political culture, this text interprets, from a historical point of view, the engagement of modernist journalists and intellectuals in Pará in the first half of the 20th century. The two main generations of the style that aesthetic-cultural renewal among us stand out: the “Peixe Frito” and the “Remediados”, and their magazines, respectively Belém Nova and Terra Imatura. This time it is intended to help shed light on the moments of commemoration of the centenary of Brazilian modernisms.

**Keywords:** Modernism. Peixe Frito. Remediados Generation. Magazines. Belém Nova. Terra Imatura.

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Pará (2017). Atualmente é formadora de professores da Secretaria de Estado do Pará (SEDUC-CEFOP).  
Orcid: <https://orcid.org/0000-003-1201-383X>  
E-mail: mairamaia1309@yahoo.com



A experiência artística e política de Dalcídio Jurandir, compartilhada com o grupo dos novos modernistas em Belém do Pará nos anos de 1930, especialmente o grupo dos “remediados”, os quais se reuniram em 1938 para escrever a revista *Terra Imatura*, foi extremamente importante para a construção de seu senso de responsabilidade e de justiça social, sentimentos estes que não poderiam estar desvinculados de seu fazer literário, percebido no seu ciclo do extremo norte.

Havia um sentimento de grupo que unia os literatos paraenses e as gerações modernistas em Belém do Pará, nos anos de 1930 a 1940. Essas gerações ficaram conhecidas como a geração do “Peixe Frito”,<sup>2</sup> 1920, e a geração “remediada”, 1930. Os remediados, contemporâneos a Dalcídio Jurandir, compreendiam o sentido de modernismo como um movimento inovador não apenas na estética literária, mas também na política (MAIA, 2009). Para eles, era preciso tornar-se novo e diferente, subvertendo o que era velho na luta cotidiana contra as desigualdades sociais, em um conflito declarado e permanente contra o autoritarismo do entre guerras, sendo a democracia a bandeira maior de luta.

Intelectuais como Cléo Bernardo, Silvio Braga, Ruy Barata, Francisco Paulo Mendes e Paulo Plínio Abreu faziam parte desta geração, que veio a contar, em meados de 1940, com um grupo mais moço, do qual faziam parte nomes como Max Martins, Benedito Nunes, Haroldo Maranhão, Mário Faustino, Alonso Rocha e Jurandir Bezerra. Arte literária, luta pela democracia e contra as injustiças sociais era o que unia os modernistas paraenses, assim como um desencantamento profundo com a “Revolução de 1930”.

Os intelectuais modernistas foram responsáveis por duras críticas ao regime oligárquico imposto ao país, especialmente após a ascensão de Campos Sales ao poder em 1898. A primeira Constituição republicana consagrou o federalismo inspirado no modelo norte-americano, o que significava que, por meio do liberalismo e do federalismo, os Estados teriam amplamente garantida a sua autonomia, e, formalmente, o nosso regime seria representativo e democrático. Porém, na prática, a história era outra.

A maioria dos historiadores concorda que, ao invés de um eleitor privilegiado, um grupo seletivo deles, os governadores dos principais Estados, sobretudo de São Paulo e Minas Gerais, definiam o candidato presidencial em cada sucessão. Para Mattos (2012) e também para Viscardi (2001), a estabilidade do regime estava nas mãos de oligarquias regionais de peso político proporcional ao tamanho de suas bancadas e das suas potencialidades econômicas. Os Estados grandes eram os que tinham bancadas numerosas e economias relativamente autossuficientes. Eram eles: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Os Estados médios tinham igualmente um papel importante na definição das candidaturas presidenciais, apresentando uma das duas condições citadas. Dentre eles, destacavam-se Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Os pequenos, sem uma condição ou outra, tornavam-se dependentes do governo federal ou da tutela de Estados vizinhos. Os atores envolvidos nos processos sucessórios limitavam-se aos governadores dos grandes e médios Estados, a alguns parlamentares influentes, ao presidente da República e aos seus ministros, num número médio de 24 pessoas.

Fortalecia-se no Brasil a cultura política nacional que tem no compromisso<sup>3</sup> sua característica predominante, a partir de um acordo político no qual o governo federal sustentava os grupos dominantes dos Estados, enquanto estes, em troca, apoiavam a política do presidente da República votando no Congresso em consonância com aquele. Porém, se a política dos Estados criada por Campos Sales formalizou a fraude, isso nunca foi totalmente assumido como desejável, pois as eleições eram um rito necessário, nos afirma Ferreira (1993). Além disso, o equilíbrio entre as oligarquias era bastante fluido, abrindo brechas que muitas vezes emprestavam novos sentidos às disputas eleitorais, fossem elas locais ou nacionais, como podemos perceber a partir da atuação em Belém de grupos ligados a Antônio Lemos e Lauro Sodré nos anos de 1900 e 1910.

<sup>2</sup> O grupo de intelectuais que se reuniam nos “botecos” do Ver-o-Peso ficou conhecido como “Academia do Peixe Frito”. Eram todos de origem modesta, e discutiam literatura e revolução também nas festas dos subúrbios de Belém, a partir de uma visão popular e engajada da literatura. Entre eles, além de Bruno de Menezes, estavam Paulo de Oliveira, De Campos Ribeiro, Ernani Vieira, Muniz Barreto, Arlindo Ribeiro, Lindolfo Mesquita, Sandoval Lange e Rodrigo Pinagé. Em 1921, do encontro deste grupo do Peixe Frito com os grupos da “Academia ao Ar Livre”, que contavam com intelectuais como Abguar Bastos, Nunes Pereira, Clovis Gusmão, entre outros, surgiu a “Associação dos Novos”, cujo lema era “destruir para criar”, fazendo literatura na mesa do bar, nas redações de jornais, na burocracia do Estado e/ou como professores (FIGUEIREDO, 2001, p. 219-229).

<sup>3</sup> Cultura Política é entendida como um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2014, p. 21). O mesmo autor chama a atenção para o apelo dos sentimentos, da identidade, do imaginário e dos valores culturais que levam grupos sociais a se posicionarem favoráveis a um projeto político. Para ele, na cultura política brasileira predomina a conciliação e o compromisso com um tipo de transformação sem rupturas. O modo como foi implantada a nossa República, com lideranças políticas do velho e do novo regime sendo acomodadas, é um dos muitos exemplos a serem citados.

Durante os anos de 1920, grandes acontecimentos abalaram o país. Só em 1922 é possível citar a Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o Movimento Tenentista, a comemoração do centenário da Independência e a sucessão presidencial conturbada que deu posse a Arthur Bernardes. Houve ainda a ampliação dos setores urbanos com o crescimento da classe média, da classe trabalhadora e da diversificação de interesses no interior das próprias elites econômicas. Essas alterações vão servir de estímulo às alterações nos quadros políticos vigente, levando ao questionamento as bases do sistema oligárquico (PINTO, 1998).

Dentro dessa lógica historiográfica, o Pará, desde o fim do período áureo da borracha, pode ser definido como um Estado de pequena grandeza, uma vez que não tinha uma economia autossuficiente e nem uma bancada numerosa, ficando na dependência dos recursos do governo federal. Nos anos de 1920, segundo Coimbra (1982), o Estado estava falido e sem nenhuma possibilidade de resolver a crise econômica, estando todos os seus serviços (judiciário, educação, transporte e saúde) com os pagamentos atrasados havia mais de seis meses. A imprensa oposicionista dos jornais *O Estado do Pará* e *A Província do Pará* noticiava diariamente os problemas do Estado e a corrupção dos governos oligárquicos.

Segundo *O Estado do Pará*<sup>4</sup>, no ano de 1922, Belém era uma verdadeira “espelunca”, suas verbas eram mal distribuídas, não havia regularidade, nem algum tipo de critério, nem de fiscalização. Em uma das muitas denúncias, o jornal afirma que a verba arrecadada pela polícia civil “a pretexto da fiscalização do jogo do bicho” era entregue à Santa Casa de Misericórdia, que passava por graves problemas econômicos. Sem desmerecer a importância da entidade, e muito menos da crise econômica pela qual passava o Estado, o articulista afirma que “o que o bom senso condena e que não acha plausível é que se lance mão de recursos ilícitos” que mais do que ajudar na cura dos pacientes era algo que deveria envergonhar o indigente que necessitava da assistência, devido à fonte da qual provinha a “ajuda”. Ou seja, sem poder contar com recursos do Estado, a entidade beneficente passou a necessitar da ajuda dos policiais corruptos que aceitavam a propina dos bicheiros, lembrando que o jogo do bicho era uma atividade ilegal no Brasil dos anos de 1920, pelo menos oficialmente, porém, na prática existia em Belém do Pará com a condescendência dos policiais e de parte da população caridosa da cidade<sup>5</sup>.

No jornal *A Província do Pará*<sup>6</sup>, também no ano de 1922, temos notícias sobre a “greve dos peixeiros”<sup>7</sup>, feita pelos proprietários de canoas geleiras e por peixeiros inconformados com a decisão dos fabricantes de gelo de aumentarem “despropositadamente” o preço do produto. Inclusive o articulista da notícia afirma que apenas dois peixeiros, de origem portuguesa, não entraram em greve, porém, sofreram represália dos grevistas, sendo espancados e torturados, tendo denunciado o crime à polícia. Além dos transtornos causados pela greve dos peixeiros para a população citadina que necessitava do alimento, percebem-se as rixas pessoais sendo resolvidas na base da violência, como acontecia entre as elites políticas dirigentes.

A utilização da prática da violência é, de modo geral, uma das características mais destacadas da cultura brasileira e não só da cultura política, independe da classe social. Vale lembrar que durante os quase 400 anos de escravidão os senhores de escravo praticavam a tortura contra os seus cativos de maneira naturalizada. O fim do cativeiro e o advento da República, nos diz Reis Filho (2015), não extinguiu a prática da tortura. São inúmeros os relatos de prisioneiros comuns e políticos levantados pelo historiador que denunciavam o uso da violência na cadeia. Essa violência naturalizada também era utilizada pelos populares nas rixas contra os “fura-greves”.

<sup>4</sup> Foram levantadas todas as edições do jornal *O Estado do Pará*, nos anos de 1920 disponíveis na Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR). Existem jornais dos anos 1920, 1921 e 1922.

<sup>5</sup> O ESTADO DO PARÁ, Belém, PA, 1º jul. 1922.

<sup>6</sup> Foram levantadas todas as edições do jornal *A Província do Pará* dos anos de 1920 disponíveis no CENTUR. Existem jornais dos anos 1920, 1921, 1922, 1923 e 1924.

<sup>7</sup> A greve dos Peixeiros. *A Província do Pará*, Belém, 10 mar. 1922.

Uma matéria que também chama atenção em *A Província do Pará*, ainda no ano de 1922, refere-se ao abandono da cidade pelos poderes públicos, que nada faziam para conter a invasão dos carapanãs em Belém<sup>8</sup>. O articulista afirma que os que mais sofriam com a praga eram os moradores dos subúrbios de Belém, já que “depois do lusco-fusco não se póde [sic] mais ficar fora do mosqueteiro, tal é a tenacidade com que aquella [sic] praga ataca a sua vítima”. A conclusão do texto aponta para a necessidade de retorno aos tempos de Antônio Lemos – mesmo sem citar o nome do famoso intendente dos áureos tempos de Belém, ao afirmar a necessidade de se fazer “o mesmo serviço que foi iniciado pelo grande mestre Oswaldo Cruz, que saudosa memória, e que tão satisfatório resultado ofereceu à população desta capital”, referindo-se ao trabalho de Oswaldo Cruz em Belém contra a febre amarela, em 1910.

Além de condenar o atual poder público municipal, pelo descaso com a população da cidade, em especial com os que moravam nos subúrbios, o articulista se vale da memória social que está sendo construída na região ao reafirmar a grave crise econômica dos anos de 1920 e ao rememorar os tempos saudosos de Lemos, quando o poder público investia no saneamento e no embelezamento da cidade para que não “houvesse o sacrifício de muitas vidas úteis à Pátria”. Faziam parte do grupo oligárquico responsável por definir as eleições no Pará homens como Apolinário Moreira, Cypriano Santos, Camilo Salgado, Deodoro Mendonça, Cyriaco Gurjão, Abel Chermont, Dyonísio Bentes, Eurico Valle, e o dono do jornal *Folha do Norte*, Paulo Maranhão. Essa vinculação de Paulo Maranhão ao grupo oligárquico nos elucida, em parte, as críticas bem mais brandas de seu jornal em relação à crise econômica pela qual passava o Pará nos anos de 1920<sup>9</sup>

No ano de 1923, por exemplo, o periódico divulgou algumas matérias e notícias sobre o aumento nos preços da borracha no mercado internacional<sup>10</sup>, representando “o novo horizonte de esperanças animadoras” no Estado do Pará. Outro destaque do jornalismo da *Folha do Norte* desse ano foram os “tumultos” na cidade, tratados a partir da perspectiva das autoridades municipais. Estas eram eximidas da culpa, uma vez que não podiam prever os distúrbios, mas quando esses aconteciam, rapidamente tomavam conhecimento dos fatos e os resolviam imediatamente, sem danos à vida dos belenenses de bem e ao patrimônio público<sup>11</sup>.

Os intelectuais modernistas da geração anterior, a de Dalcídio Jurandir – conhecida como “Peixe Frito”, encabeçada por Bruno de Menezes, e integrada também com nomes como Ernani Vieira, Abguar Bastos, Jacques Flores, Paulo de Oliveira, De Campo Ribeiro, dentre outros – , vai ter um posicionamento dúbio em relação à cultura política oligárquica do compromisso, do conchavo, da corrupção, da violência, e da impossibilidade de participação nas questões políticas que assolavam o país e o Estado, especialmente. Segundo Figueiredo (2001), o modernismo em Belém se construiu no aprendizado diário da relação dos intelectuais com o cotidiano da cidade e no seu envolvimento com as questões políticas que reverberaram na revista *Belém Nova*(1923), magazine embrionário da nova geração moderna do Pará, a qual contava com a colaboração da geração “passadista” e também com intelectuais de outros Estados.

Nos anos de 1920, as relações entre os modernistas e a política no Pará serão de cooptação e resistência, especialmente durante o governo de Dionysio Bentes (1924-1928). Ele concorreu à eleição estadual e foi eleito por meio da estrutura das oligarquias federais, porém, em seu discurso apresentou uma plataforma política baseada na justiça social, no trabalho, na honestidade e na conciliação. Seus objetivos seriam: reerguer nossa agricultura, incentivar nossos principais produtos (borracha e cacau), revisar a legislação fiscal, sanear as contas do Estado, revisar a legislação de terra para garantir os interesses dos colonos e incentivar a imigração japonesa e nordestina para as zonas rurais do Estado, resolvendo, assim, o problema da mão de obra. E tudo isso evitando novos empréstimos e buscando sempre prestar contas à população por meio, especialmente, da imprensa.

<sup>8</sup> A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, PA, 14 mar. 1922.

<sup>9</sup> Foram levantadas todas as edições do jornal *Folha do Norte* dos anos de 1920 disponíveis no Centur. Existem jornais dos anos 1920, 1921, 1923 e 1924.

<sup>10</sup> Matérias sobre o aumento do preço da borracha nos anos de 1923 no jornal *Folha do Norte*.

<sup>11</sup> Destaque para os tumultos que aconteceram em vários pontos da cidade de Belém entre os dias 9 e 11 de fevereiro de 1923.

O apoio da intelectualidade modernista ao governo corrupto de Dionysio Bentes chega ao fim após novas denúncias feitas pelo jornal *O Estado do Pará*, em 1927, momento em que a revista *Belém Nova* tem um novo editor-chefe, Paulo de Oliveira, que rompe com Bentes e se torna inimigo número um de sua administração. Em agosto daquele ano, Paulo de Oliveira é chicoteado em uma emboscada por capangas desconhecidos. No dia seguinte, na primeira página de um dos jornais da oposição, *O Estado do Pará*, havia a denúncia de que o governador era o mandante do atentado ao diretor da *Belém Nova*.

O episódio acirrou as críticas da imprensa e da intelectualidade modernista ao governo de Dionysio Bentes. Este sentimento de descontentamento foi, segundo Coimbra (1981), crescendo durante os anos seguintes, e foi fundamental para a “revolução” de 1930 no Pará. Mesmo quando o seu sucessor, Eurico Vale, 1929, tentou corrigir injustiças e fraudes e sanear as contas do Estado, já era tarde, pois havia um clima de descrença, descontentamento e revolta em relação aos governos oligárquicos. (COIMBRA, 1981). As revistas, os jornais e depoimentos dos intelectuais nos levam a corroborar a perspectiva de Coimbra (1981), uma vez que a intelectualidade descontente com a situação política vai apoiar a “revolução” de 1930.

Em Belém do Pará, a partir dos anos de 1930, se passou a buscar uma renovação estética, social e política, onde destacamos nomes como Cléo Bernardo e Silvio Braga, que vão reunir a jovem intelectualidade paraense, conhecida como “remediada”, na **revista *Terra Imatura***, em 1938. Esses intelectuais eram um grupo que tinha como bandeira principal a democracia, discutindo os novos rumos da arte moderna associados à transformação da cultura política no Brasil e no mundo. Temas como liberdade, nazismo, fascismo, intolerância, e um caminho autônomo para o desenvolvimento social e econômico da região eram as pautas mais recorrentes. A revista deveria ser o meio para instigar a mocidade paraense a se unir a eles a fim de transformar as condições sociais e culturais de Belém, do Brasil e do mundo.

Na luta pela transformação estética na arte, pela liberdade, pela democracia, pela possibilidade de escolher viver em um mundo com menos injustiça social, os literatos estavam indignados com o momento político regional, nacional e mundial em que viviam, mas acreditavam na luta da juventude a qual, unida, e “com determinação frente aos caducos da arte e da política”, que deveriam ser combatidos com “Detefon em punho”, poderia modificar as condições do meio, assim nos dizia o jovem poeta Max Martins. A revista ampliou e desenvolveu a literatura local, sendo uma das produções de destaque do movimento literário paraense.

A revista *Terra Imatura* deve ser compreendida, fundamentalmente, como um dos meios encontrados por essa mocidade para lutar em prol de uma transformação na arte e na sociedade, contando com uma grande equipe responsável pela sua edição, engajada nas lutas de seu tempo. Nesta estavam: Clóvis Ferro Costa, Carlos Eduardo da Rocha, José Maria Mendes Pereira, Ruy Guilherme Paranatinga Barata, José Augusto Teles, Raul Newton Campbell Penna, Fernando Guilhon, Alberto Soares do Vale Guimarães, Sylvio Braga, Juracy Costa, Augusto da Rocha, Flávio Maroja, Fernando Manuel Veiga dos Santos e Dalcídio Jurandir. No início, o periódico se chamava *Revista do Estudante*, uma vez que tinha o seguinte objetivo: “os estudantes da Amazônia, cerrando fileiras ao nosso lado, [...] mostrem que a sua vontade de vitória deve crescer subir, ir à luz, para tornar-se uma realidade brasileira”.

A luta começaria por meio das páginas da revista, que era o mesário dos estudantes do Pará e se espalharia para o Brasil e para o mundo, aglutinando todos na luta contra as injustiças sociais e o cerceamento das liberdades individuais. *Terra Imatura* era “a vontade de lutar por um mundo melhor para todos os cidadãos, por um Brasil mais nosso, por uma Amazônia mais ajustada”. A substituição do nome *Revista do Estudante* foi uma forma que a mocidade do “mesário” encontrou para homenagear Alfredo Ladislau, “o poeta encantado da planície”, e seu único livro, *Terra Imatura*, de 1921(?):

TERRA IMATURA é a Terra Verde de Eneida. O verde é a esperança. A esperança é a mocidade. A mocidade é o Brasil. Por isso TERRA IMATURA, surgindo entre as promessas e a juventude, tem que ser com a ajuda de Deus, a revistado Brasil. [...] Que Alfredo Ladislau lá no céu, olhe com amôr [sic] nossa iniciativa e peça a Cristo para derramar sobre a TERRA IMATURA, sua e nossa, uma benção de vida, para que não morra nunca, nunca mais, pois assim ela será a realização de tantos sonhos belos como a vitória régia – símbolo da beleza [sic] para nós que exaltamos a vida, vivendo no “reino das mulheres sem lei” – o paraíso verde das Icamiabas<sup>12</sup>.

Eidorfe Moreira, no prefácio da segunda edição de 1925, do livro supra citado, hoje um clássico, buscou conhecer a Amazônia sem os ufanismos românticos e os preconceitos do determinismo geográfico, contribuindo de maneira decisiva para a formação da intelectualidade dos anos de 1920. No primeiro capítulo da obra, também intitulada *Terra Imatura*, compreendemos o sentido da imaturidade da nossa região para Ladislau, ou seja, haveria na Amazônia um grande desequilíbrio que necessitava ser resolvido: a vastidão geográfica precisava ser desbravada, maturada, para um “proveitoso disciplinamento das culturas eficientes” (LADISLAU, 2008, p. 31).

Segundo Ladislau (2008, p. 37), a causa desse “desaproveitamento das riquezas amazônicas” estava na administração política do Estado, e, principalmente, no poder nacional e nos seus programas ineficientes para a realidade da Amazônia. Para o autor, o Extremo Norte nunca existiu para os estadistas brasileiros, que administravam o país do Sul e que não conheciam as necessidades de nossa região.

Conforme Ladislau (2008) era necessário – já que não havia para o Norte a proteção e o investimento dos poderes centrais – desapegar da borracha decadente, esquecer o passado e nos convencer de que o futuro da Amazônia estava no cultivo racional da região, a partir da pecuária e da lavoura e na exploração das riquezas naturais proporcionadas pela floresta. No jornal *Folha do Norte*<sup>13</sup>, no ano de 1923, o autor escreve um pequeno texto sobre uma “sensível alta” nos preços da borracha, que passou a alimentar as esperanças de muitos amazônidas, depois do “cyclone [sic] destruidor das mais sólidas fortunas das que estavam envolvidas no negócio da borracha”, condenando veementemente que se direcionassem braços da agricultura para o extrativismo da borracha (LADISLAU, 2008, p. 38).

Acreditava ele que a Amazônia seria desbravada e explorada pela força dos próprios brasileiros, uma vez que a nossa inteligência, quando bem orientada, era capaz de grandes feitos, assim como o nosso povo, quando se propunha a querer algo com fervor. A inteligência brasileira e o povo brasileiro de maneira geral começavam a adquirir, nos anos de 1920, “uma consciência de si mesmo” (LADISLAU, 2008, p. 38).

Essa “consciência de si mesmo” sobre os problemas da região é muito do que vai ser desvelado pelos modernistas de 1938, reunidos na revista *Terra Imatura*. A proposta era revelar a Amazônia para ela própria, para o Brasil e para o mundo, na mesma perspectiva de Ladislau, sem buscar explicações na nossa “fraqueza de raça”, nem na “idade juvenil da terra”, mas almejando compreender a região a partir de questões históricas e propondo soluções junto à mocidade que despertava em busca de condições melhores para se viver no extremo norte do país.

Buscando um “futuro mais promissor” para a Amazônia, a partir do qual se conhecesse a necessidade do caboclo da cidade e do interior, abandonando as visões fantasiosas e preconceituosas a respeito desse homem, orientando as políticas públicas para o bem-estar comum, a equipe responsável pela edição da revista *Terra Imatura* se reunia para construção do mesário. O grupo também contava com a colaboração furtiva de vários jovens intelectuais, dos quais a mocidade regular responsável pela realização do “mesário” pedia apenas que escrevessem com simplicidade, uma vez que a forma que eles intentavam para a revista era uma escrita acessível a todas as classes sociais, já que a sua função primordial era a mobilização do povo.

<sup>12</sup> TERRA IMATURA. Belém, PA, n. 2, 1938.

<sup>13</sup> LADISLAU, Alfredo. A alta da borracha. *Folha do Norte*, Belém, 11 fev. 1924.

Eles também não se responsabilizavam pelas opiniões de seus colaboradores, pois a proposta maior da revista era o “ideal maior que ligava a mocidade paraense” em 1938, e o que fazia a sua “originalidade” era que houvesse democracia entre eles. Ao assinar seus artigos, cada um era responsável pelo seu posicionamento frente aos acontecimentos da região, do Brasil e do mundo. Nessa perspectiva, é interessante notar a participação na revista de Pedro Pomar<sup>14</sup>, destacado líder do Partido Comunista Brasileiro, responsável em Belém por reunir os estudantes e fazer a ponte entre os intelectuais modernistas e o partido. Seu filho, o historiador Wladimir Pomar, em suas memórias, nos relata que teve a oportunidade de testemunhar muitas conversas entre o “Partidão”, na pessoa de seu pai, e modernistas paraenses, como Dalcídio Jurandir e Abguar Bastos, além de importantes figuras do modernismo nacional, como Graciliano Ramos<sup>15</sup>. *Terra Imatura* reunia, dessa maneira, a “mocidade mais festejada do Pará”, cheia de novas ideias que brotavam da inquietude de uma geração intelectual insatisfeita com o rumo que tomava o mundo nos anos de 1930. Esse descontentamento unia os “imatuross” a cada edição colocada nas ruas, uma vez que cada publicação era uma batalha vencida na luta que eles travavam diariamente para editar a revista, luta esta que significava para eles a sua própria vida.

A revista era a realização palpável da geração de Cléo Bernardo, surgida do “espírito boêmio” da inteligência moderna. Esta geração rompe com a política de cooptação e compromisso com os poderes públicos do Estado. É Dalcídio Jurandir quem nos diz que os verdadeiros artistas da terra, em 1939, se negavam a “sangrar o tesouro” do Estado, ficando eles só no “Peixe Frito” (NUNES, 2006, p. 42).

Os intelectuais da terra não viviam apenas das letras, obviamente, tendo, grande parte deles, que fazer malabarismos para sobreviver em funções como a que Jurandir exerceu, de inspetor escolar no interior do Pará. Outros, mais remediados, não necessitavam mais da influência e dos recursos do Estado para colocar nas ruas a revista da mocidade modernista, mas também enfrentavam dificuldades, muitas vezes tendo que financiar o intento com seus próprios recursos.

A revista *Terra Imatura*, além de debater os problemas da região, propondo novas possibilidades, foi também uma das formas encontradas pela mocidade paraense de lutar contra o autoritarismo do Estado brasileiro e denunciar os crimes das ditaduras do mundo todo. Segundo o historiador Hobsbawm (1998), o governo Vargas fazia parte de algo maior, de uma mudança de valores que assolou o mundo após a Primeira Guerra Mundial, ou como ele prefere, durante a “era da catástrofe”. Nesse período, o liberalismo e todo o seu arsenal de ideias – compromisso com um governo constitucional, assembleias representativas eleitas livremente, garantia do domínio da lei e da liberdade individual, e a crença na razão, na ciência, na educação, no progresso humano e na modernidade – fizeram uma retirada da cena mundial.

Bernardo (1938) nos chama atenção para a “ambição que imperava na alma dos líderes mundiais do século XX” e que fez nascerem as barbaridades cometidas por eles, “porque o século XX é o tempo do direito da força contra a consciência do direito”. É o tempo em que é racional matar em nome da igualdade (Stalin na Rússia), acabar com a liberdade em nome da expansão do país (Mussolini na Itália), perseguir as minorias em nome da lei (Hitler na Alemanha). E tudo isso é apresentado ao mundo como civilização, nos diz atônito o diretor da revista, Cléo Bernardo. Ainda havia leis que pregavam que essa humanidade irracional e violenta, diante da humanidade que a tudo isso presenciava e se calava, permissivamente (representada na Liga das Nações), estava rumando ao progresso, à perfeição humana, à evolução racial. Era de fato o século que reivindicava pelo autoritarismo e aplaudia a barbárie.

<sup>14</sup> POMAR, Pedro. A marcha de Hitler sobre Roma. *Terra Imatura*, Belém, n. 5, s/p, 1938.

<sup>15</sup> POMAR, Wladimir. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por e-mail, em abr. 2009.

Bernardo (1938) abre o segundo “mesário” da revista *Terra Imatura*, e o faz com um artigo que propõe “a democracia como cura para a alma doente do século XX”. Tratava-se de uma democracia na qual as pessoas pudessem ter acesso às diversas ideologias que moviam o mundo, escolhendo a partir de suas afinidades, de seus valores e tradições, qual delas seguir, pois, só assim teríamos “a verdadeira democracia”. Em todos os números disponíveis da revista encontramos essa compreensão nos artigos de intelectuais de várias ideologias – socialista, comunistas, liberais – todos juntos nas páginas da *Terra Imatura*, em nome da democracia política e ideológica, da liberdade de expressão e, acima de tudo, de um mundo melhor onde não houvesse mais “a obra nefasta das ditaduras”:

A democracia, com todas as suas falhas e crises, é preferível a essas ditaduras, onde o homem é obrigado a esquecer a sua independência moral porque a predominância do materialismo é reconhecida pelo Estado sobre a finalidade espiritual do indivíduo. Seria ideal para todos os povos, para todas as nações, se a democracia fosse mais ação do que palavra, mais sentimento do que talento, mais bom do que mal. A democracia que estabelece o seu postulado, pelo aniquilamento da obrigação, criasse o fundamento da compreensão ideológica; esta seria a verdadeira democracia: a democracia da consciência, a democracia da compreensão, a democracia da afirmação educacional (BERNARDO, 1938, s/p.).

Aqueles intelectuais paraenses lutavam em prol de algo que a cultura política do século XX desprezava: a democracia. Independentemente de essa cultura política ser fascista, comunista ou liberal, a grande reivindicação do século XX pela elite política e por uma grande parcela da sociedade foi o autoritário e não a democracia<sup>16</sup>, logo, compreendemos os intelectuais que escreviam na revista, como seu próprio editor chefe, Cléo Bernardo, como um grupo intelectual e político à frente de seu tempo. Os intelectuais paraenses foram pioneiros não apenas dentro do movimento artístico, mas também do movimento político pela democracia. De maneira consciente e combativa, usando a arma que tinham, a revista literária<sup>17</sup>, buscaram romper com a cultura política nacional, conservadora e autoritária, mobilizando “a mocidade” para que juntos pudessem implementar uma nova maneira de fazer política no Brasil, democraticamente.

A cultura política, segundo Motta (2014), só pode existir na média e longa duração, logo, essa cultura política conservadora e autoritária que predominava nos anos de 1930 era uma continuidade histórica do nosso modo de fazer política que persiste até hoje. Este conceito utilizado por Motta, do qual nos apropriamos aqui, refere-se aos novos estudos em História Política dos anos de 1980-1990, os quais resultaram na coletânea “Por uma história política”, de René Rémond. Além do organizador, vários historiadores contribuíram para o debate, com destaque para os franceses S. Berstein e J. F. Sirinelle. Os autores em destaque vão enfatizar as diferenças existentes dentro de um mesmo espaço nacional, privilegiando a pluralidade de culturas políticas que rivalizam entre si.

Motta (2014), ao se apropriar do termo, vai adaptá-lo à realidade brasileira, afirmando que existem algumas opções para trabalhar com o conceito em questão: usando-o no formato plural, designando culturas políticas dividindo o mesmo espaço social; na perspectiva de uso no singular, referindo-se à cultura política de cada grupo social; e na possibilidade que acreditamos mais se adequar à realidade do momento brasileiro em questão, ou seja, cultura política designando a coletividade nacional, uma cultura política conservadora tradicionalista que predominava no Brasil, mas que convivía com subculturas políticas que disputavam o espaço nacional.

<sup>16</sup> Quadrant (2010), em um pequeno balanço historiográfico sobre as ditaduras no Brasil e na América Latina, afirma que durante os anos de 1980, quando grande parte dos países latino-americanos estava lutando pela sua redemocratização, com destaque para o Brasil, houve uma superestimação das aspirações democráticas do povo latino. Ao confrontarmos a grande base de sustentação social da experiência autoritária no Brasil e na América Latina, percebemos que o autoritarismo, e não a democracia, foi de fato a grande reivindicação social do século XX.

<sup>17</sup> Jornais e revistas são fundamentais para a divulgação e disseminação dos valores das diferentes subculturas políticas em disputa no interior do espaço nacional, especialmente os ligados às grandes tradições como o liberalismo, o socialismo e o comunismo (MOTTA, 2014).



No Brasil da primeira metade do século XX existiam vários tipos de subculturas políticas que rivalizavam entre si, com destaque para a liberal, a socialista e a comunista. Durante os anos de 1930, 1940 e 1950, predominou a cultura política conservadora e autoritária, porém, com a sua clássica peculiaridade nacional, o compromisso, o conchavo e a não ruptura, conhecida no senso comum como “o jeitinho brasileiro”. A intelectualidade modernista de Belém do Pará estava à frente do seu tempo, justamente porque buscava romper com essa cultura política autoritária e que tinha no compromisso sua mais destacada característica.

Embora partilhassem de subculturas políticas diversas – já que Dalcídio Jurandir era declaradamente comunista, Cléo Bernardo e Silvio Braga, simpatizantes do socialismo, Abguar Bastos, um liberal com tendências esquerdistas –, eles partilhavam valores que os uniam enquanto grupo, valores como a luta política pela democracia, pela liberdade, pela valorização da arte literária, por uma “Amazônia mais amazônica”, por justiça e avanço social (MAIA, 2009).

Sobre os “imaturos” e o período em que a revista *Terra Imatura* circulou em Belém do Pará (1938-1942), anos, como já referido, de ditadura do Estado Novo, Nunes (2001) nos diz que a posição contraditória do governo Vargas, que por um lado abafava as inquietações dos literatos e censurava as rebeldias políticas, e por outro não se posicionava a favor das ditaduras fascista, mantendo boas relações com as democracias liberais, fortalecia a luta política do grupo que atuava no periódico e, dessa maneira, os valores que compartilhava. Essa luta foi intensificada em 1942, quando o Brasil passou a integrar o bloco dos aliados contra as potências do eixo (Alemanha, Itália e Japão). Assim, não tardou para que os literatos da revista abrissem uma frente de oposição contra a ditadura de Vargas. A edição nº 10 da revista, de setembro de 1939, é toda dedicada à Segunda Guerra Mundial.

Após a Segunda Guerra Mundial, em Belém do Pará, literatos mais moços e desencantados com o mundo e com a política vieram se juntar à geração remediada de Dalcídio Jurandir, que já não vivia mais na cidade. Os novíssimos se reuniram para escrever semanalmente o *Suplemento Literário Arte-Literatura* (1946-1951) da *Folha do Norte*, figurando entre eles nomes como: Haroldo Maranhão, Benedito Nunes, Max Martins, Alonso Rocha, Cauby Cruz, Floriano Jaime e Mário Faustino.

## REFERÊNCIAS

COIMBRA, Creso. **A Revolução de 1930 no Pará** – Análise, Crítica e Interpretação. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1981.

COELHO, Marinilce Oliveira. **O grupo dos novos: memórias literárias de Belém do Pará**. Belém: Edufa; Unamaz, 2005.

DEGALDO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FIGUEIREDO, A.M. Querelas esquecidas: o Modernismo brasileiro visto das margens. In: DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio. **Os senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os vândalos do apocalipse e outras histórias: arte e literatura no Pará dos anos 20**. Belém: IAP, 2011.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: companhia das letras, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva/ FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. **A verdadeira pátria dos trabalhadores: A URSS e as edições comunistas.** IN: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). *Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas.* Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo, SP: Fapesp, 2005.

\_\_\_\_\_. **A cultura política comunista.** In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural.* Minas Gerais: UFMG, 2011.

\_\_\_\_\_. **Desafios e possibilidades na apropriação da cultura política pela historiografia.** In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas Políticas na História: novos estudos.* Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

NUNES, Benedito (Org.). **O amigo Chico, fazedor de poetas.** Belém: Secult, 2001.

\_\_\_\_\_. Dalcídio Jurandir: as oscilações de um ciclo romanesco. IN: **Asas da Palavra.** Revista de graduação em letras. Semestral. V.13. Nº 26, 2010-2011.

\_\_\_\_\_. (Org.). Dalcídio Jurandir, **Romancista da Amazônia:** Literatura e Memória. SECULT/FCRB/IDJ, 2006.

ROCQUE, Carlos. **História de A Província do Pará.** Belém: Mirograph editora LTDA, s/ano.

\_\_\_\_\_. **Depoimentos para uma História Política.** Belém: Mirograph editora LTDA, s/ano.

**Artigo recebido em: 15 nov. 2022. | Artigo aprovado em: 30 nov. 2022.**